

## Plataforma para investir

Vai tomando corpo a engenhosa idéia de estimular investimentos privados através de financiamentos a taxas de juros compatíveis com a realidade internacional. Exposto há uma semana, no encontro mantido por empresários ligados ao Movimento Brasil S.A. com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o esquema prevê uma forma de equalização de taxas entre os juros internacionais e os praticados no mercado interno, mas sem que se configure um subsídio permanente.

O mecanismo é simples: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras agências de fomento concederiam financiamentos às taxas estabelecidas para investimentos a mais longo prazo, devendo o Tesouro Nacional emitir um título pela diferença com as taxas internacionais. Os tomadores, que adquiririam esses papéis, poderiam, depois de determinado prazo, utilizá-los no pagamento de impostos que recaiam sobre as suas empresas.

Trata-se de um "approach" completamente diferente do adotado no passado, quando, para estimular investimentos em setores

considerados prioritários, o governo chegou até mesmo a prefixar taxas de empréstimos. O sistema previsto não acarreta, de imediato, uma vantagem para os empresários interessados em investir, mas permite, com a utilização dos títulos para pagar impostos, que os custos sejam abatidos em uma etapa posterior, quando os investimentos já estiverem dando frutos, reduzindo o prazo de sua maturação.

Quanto à fonte de recursos, a secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, que tomou parte no programa "Crítica e Autocrítica", produzido por este jornal e pela TV Bandeirantes, esclareceu que, em princípio, o governo estaria estudando o remanejamento das disponibilidades orçamentárias existentes, canalizando um maior volume para investimentos novos. As dotações poderiam vir a ser reforçadas também pelo lançamento de bônus pelo BNDES, os quais poderiam ser colocados no mercado internacional.

Os empresários têm-se mostrado receptivos ao programa, embora não desconheçam que há um roteiro a cumprir para que ele possa, tão logo quanto possível, ser colocado em prática. Primeiro, será necessário ao governo solicitar ao Congresso uma alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a emissão dos títulos que funcionariam como um crédito fiscal. Obtida essa autorização, deve ser enviado ao Legislativo um projeto de lei específico, estabelecendo as bases para o programa.

Não é um trajeto fácil, considerando as condições políticas do momento. Isso não quer dizer, porém, que seja intransponível. Como se recorda, ao anunciar em fevereiro o programa de apoio às exportações, o governo propôs a emissão de um título semelhante para possibilitar a equalização de taxas de juros no financiamento às exportações. O Congresso autorizou a alteração da LDO para essa fi-

nalidade, faltando agora o envio pelo Executivo do projeto de lei requerido.

Como se pode perceber, o apoio à exportação e a novos investimentos é iniciativa complementar. O bom desempenho da agropecuária e o dinamismo das exportações de produtos manufaturados poderão assegurar ao Brasil um crescimento por volta de 3% neste ano, o que poderia ser o ponto de partida para uma retomada mais firme. Pelo simples senso comum, verifica-se que isso será praticamente impossível se não for criada nesta fase uma nova plataforma para investir, não só para a produção para a exportação mas também para o atendimento ao mercado interno.

Como temos afirmado, por mais difíceis que sejam os problemas conjunturais, seria um grave erro negligenciarmos o futuro. Como disse a secretária Dorothea Werneck, a preocupação da equipe econômica não é "apagar incêndio", referindo-se às queixas dos empresários quanto às altas taxas de juros. Concordamos plenamente com sua observação de que o conceito que deve orientar a ação do governo nesta hora é "o de pensar no longo prazo para poder agir desde já".